

MMART
ENGENHARIA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE
At.: Comissão Permanente de Licitação
Processo Licitatório nº 113/2021
Tomada de Preços nº 011/2021

RECURSO ADMINISTRATIVO

MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI
CNPJ 24.773.769/0001-00
AL. OSCAR NIEMEYER, 1033 SALA 204
TEL: (31) 99137 7765 -(31) 3504 8640– NOVA LIMA – MG
e-mail: mmartengenharia@gmail.com



OP962612299BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
23/08/2021 13:02 Conselheiro Lafaiete / MG

23/08/2021 13:02 Conselheiro Lafaiete / MG	Objeto entregue ao destinatário
23/08/2021 11:47 Conselheiro Lafaiete / MG	Objeto saiu para entrega ao destinatário
20/08/2021 21:40 CONTAGEM / MG	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Unidade de Tratamento em CONTAGEM / MG para Unidade de Distribuição em Conselheiro Lafaiete / MG
20/08/2021 08:25 NOVA LIMA / MG	Objeto em trânsito - por favor aguarde de Agência dos Correios em NOVA LIMA / MG para Unidade de Tratamento em CONTAGEM / MG
19/08/2021 17:15 NOVA LIMA / MG	Objeto postado após o horário limite da unidade Sujeito a encaminhamento no próximo dia útil

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE**

MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º **24.773.769/0001-00** com sede na Alameda Oscar Niemeyer, 1033 Sala 204 Nova Lima, Minas Gerais, CEP 34006-065 representada neste ato por seu Titular Sr. MARTONIO FERREIRA MARTINS, Engenheiro Civil, CREA-MG 79776/D, CPF n.º 854.584.146-91, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência interpor

RECURSOS CONTRA DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Proferida na Tomada de Preço n.º 011/2021., aberta por essa comissão, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

DOS FATOS

1. Com fundamento nas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e demais alterações introduzidas pela Lei n.º 8883/94, a Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete abriu procedimento licitatório - na modalidade Tomada de Preço, do tipo menor preço (n.º 01/2021) - para a **Contratação de empresa especializada atuante no ramo de engenharia e/ou arquitetura para elaboração de projetos complementares básicos e executivos, planilhas e demais documentos técnicos, visando a construção de escola no Bairro Siderúrgico, no município de Conselheiro Lafaiete/MG, conforme especificações e condições contidas nos Anexos I e II, integrantes do Edital.**

2. No dia 18 de agosto do corrente - data designada para o julgamento da documentação, a Comissão Permanente de Licitação declarou a recorrente inabilitada para o certame, em razão de não atender o item 7.3.3.1, alínea "d" do Edital, o quais versam sobre a Qualificação Técnica, verbis:

" d) Demonstração de que o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(is) indicado(s) para elaboração dos projetos executou(aram) serviços de características técnicas de complexidade equivalente às do objeto da presente licitação. A demonstração será feita por atestado (s) de responsabilidade técnica emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no respectivo conselho, CREA e/ou CAU, acompanhado de Certidões de Acervo Técnico – CAT, referente a execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação."

3. A decisão da respeitável Comissão Permanente de Licitações, conforme anotado na Ata, fundamenta-se especificamente que as CATs apresentadas não são condizentes com as atividades do objeto ora licitado.

DO DIREITO

Com a devida venia, a decisão da ilustre Comissão é insustentável, senão vejamos:

"A documentação - consoante ensina o saudoso Hely Lopes Meirelles - é o conjunto de comprovantes da capacidade jurídica, da regularidade fiscal, da capacidade técnica e da idoneidade financeira que se exige dos interessados para habilitarem-se na licitação". (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 119).

A Recorrente possui todos estes atributos legais, tanto que em reiteradas oportunidades vem participando de procedimentos licitatórios, E neste mesmo Estado para a mesma disciplina.



A ABNT publicou, em 05 de dezembro, a norma ABNT NBR ISO/IEC 17007:2014 - *Avaliação da conformidade - Orientações para redação de documentos normativos adequados ao uso na avaliação da conformidade*, elaborada pelo Comitê Brasileiro da Qualidade (ABNT/CB-25).

A Avaliação Técnica de conformidade de Projeto, hoje largamente utilizada por órgãos públicos e privados, é a revisão feita por profissional que já tenha um histórico tanto como avaliador quanto como projetista. Ele precisa ter qualificações que sejam pelo menos equivalentes às do projetista, pois é essencial que seja possível um diálogo entre eles. Também é importante que ele tenha uma boa experiência com aquele tipo de obra.

Na avaliação, o projetista avaliador assume a responsabilidade do projeto junto com o autor, os dois podem ser acionados igualmente.

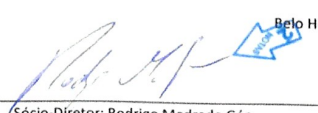
Isto posto, demonstra que para avaliar ou elaborar um projeto, é necessária a mesma qualificação técnica, inclusive as mesmas ferramentas ou softwares, pois os projetos são novamente modelados para a devida análise e comparação técnica,


E mais importante, nas certidões/atestado de números **2770232/2021 e 2776252/2021**, (FIGURAS 01 e 02), **devidamente registrados e aprovados no CREA-MG**, além de constar a avaliação de conformidade que por si só é passível de atendimento ao edital por semelhança, apresentam também itens de elaboração de projetos de engenharia civil, diversos, inclusive orçamento de obra, em acordo ao exigido no edital.

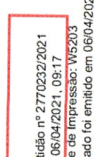
Elaboração de Projetos Executivos de Engenharia Civil	5000 m ²
Avaliação/Análise Crítica de conformidade de Projetos de Engenharia civil: Urbanístico, Terraplenagem, Drenagem Urbana e Pavimentação Asfáltica	46,06 Ha
Gerenciamento, Acompanhamento, Supervisão, Planejamento e Execução de Infraestrutura Urbana e Loteamento.	46,06 Ha

estamos, ainda, que os serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo fatos que desabonem a conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.


Belo Horizonte, 23 de março de 2021


Sócio-Diretor: Rodrigo Medrado Géo
CPF 012.178.166-66
ICÔES E EMPREENDIMENTOS LTDA




Idioma nº 2770232/2021
06/04/2021, 09:17
ve de Impressão: W5203
trado foi emitido em 06/04/2021 e contém 1 folhas

FIGURAS01 – RECORTE ATESTADO 2770232/2021

Elaboração de Projeto Executivo de Terraplenagem	1085,00 m ²	
Elaboração de Orçamento de Obra	2267,62 m ²	
Elaboração Laudo Técnico Sistema de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico	2267,62 m ²	
Avaliação/Análise Crítica de conformidade de Projetos de Engenharia civil: Estrutural, Elétrico, Hidrossanitário e Fundações	2267,62 m ²	ATESTADO 2776252/21

has

FIGURAS 02 – RECORTE ATESTADO 2776252/2021



A Licitação, consabido, constitui-se num procedimento administrativo tendente a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública na contratação de obras e serviços. Por óbvio, quanto mais participantes houver, mais e melhores serão as possibilidades da Administração firmar contratos que melhor atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Em razão disto, os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas retardam e oneram o processo de seleção.

Com a habitual precisão, Hely Lopes Meirelles ensina que:

"A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...] Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo" (ob. cit. p. 121 - grifos nossos).

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, cujo orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, verbis:

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório" (in RDP 14/240).

Diversos são os serviços prestados pelo responsável técnico em questão, com experiência em mais de 20 anos na consultoria, na elaboração de projetos, na execução e administração de obra de edificação e loteamento.


DOS PEDIDOS

Isto posto, a Recorrente aguarda serenamente que as razões ora invocadas sejam detidas e criteriosamente analisadas, e ao final, seja dado provimento ao recurso para o fim de declarar a Recorrente habilitada na Tomada de Preço 011/2021 desta Prefeitura.

Nesses Termos,

Pede Deferimento.

Nova Lima, 19 de agosto de 2021.



MARTONIO FERREIRA MARTINS
CPF 854.584.146-91 CREA-MG 79776/D
DIRETOR/TITULAR/RT

24.773.769/0001-00

MMART ENGENHARIA

AL. OSCAR NIEMEYER, 1033 - SALA 204
VILA DA SERRA - CEP 34006-065
NOVA LIMA - MG

EMPRESA : MMART ENGENHARIA DE PROJETOS EIRELI
ENDEREÇO : ALAMEDA OSCAR NIEMEYER, 1033 SALA 204 – VILA DA SERRA
NOVA LIMA - MG
CNPJ : 24.773.769/0001-00 INSC. EST.: 003406786.00-13
FONE/CEL : (31) 99137-7765 – (31) 3504-8640

